


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0000269-39.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **Maria Silva Pires Moreira**  
 Embargado: **Gina Salles Pichi e outro**

Justiça Gratuita

**MARIA SILVIA PIRES MOREIRA** ajuizou ação de embargos de terceiro contra **GINA SALLES PICH** alegando em suma, que o imóvel penhorado em ação de execução de título extrajudicial pertence à embargante e não ao executado. Deste modo, requer que sejam recebidos os embargos, suspendendo a ação de execução e expedindo-se em favor da embargante mandado de manutenção de posse.

Citada, a embargada contestou, aduzindo que a embargante mantém um relacionamento afetivo com o executado e o simples fato de constar como única compradora do bem não elide a partilha com ele. Por fim esclarece que somente a metade ideal de José Roberto Rios foi penhorada. Assim, pleiteia a manutenção da penhora do imóvel em questão.

Manifestou-se a embargante.

O processo foi saneado, deferiu-se a produção de prova testemunhal, expedindo-se carta precatória para a oitiva das testemunhas arroladas pela embargante.

Houve audiência de instrução e julgamento, presente apenas a embargada que manifestou a desistência quanto à oitiva das testemunhas que arrolou.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Os embargados promovem ação contra José Roberto Rios e lograram a penhora de imóvel situado na Rua dos Santos nº 58, Centralina, Estado de Minas Gerais (fls. 11).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Tal imóvel foi adquirido pela embargante, por escritura pública lavrada em 9 de setembro de 2005 (fls. 8) e devidamente registrada no Cartório Imobiliário no dia 30 do mesmo mês (fls. 10).

Pretende ela a exclusão da penhora, defendendo a propriedade e posse.

Não há arguição de impenhorabilidade, com fundamento na Lei 8.009/90, mas apenas a defesa da posse e da propriedade.

A aquisições se deu em nome próprio, em estado civil de solteira, o que induziria propriedade exclusiva (fls. 8).

No entanto, apurou-se nos autos que a embargante convivia e convive em união estável com o devedor José Roberto Rios, o que acarreta a presunção de participação deste, em igualdade, no patrimônio constituído.

Por óbvio, convinha adquirir em nome exclusivo da companheira, livrando assim o imóvel de constrição na ação judicial em curso.

Em 12 de abril de 2007 a oficial de justiça deste juízo apurou, em diligência, que o devedor estava divorciado e residia com Maria Silva, ora embargante, havia aproximadamente cinco anos (v. fls. 44). Destarte, essa convivência teria se iniciado em meados de 2002, enquanto a aquisição do imóvel aconteceu em 2005, no decorrer da união estável.

Como já decidiu o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Apelação nº 9200103-55.2009.8.26.0000, Rel. Des. Cristina Zucchi, j. 21.03.2011):

O artigo 5º da Lei nº 9.278/96 dispõe que "os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes, na constância da união estável e a título oneroso, são considerados frutos do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contrária em contrato escrito." No mesmo sentido:

“De acordo com o art. 5º da Lei 9.278/96, caracterizada a sociedade de fato entre o casal, não há que ser exigida a prova do esforço comum para a formação do patrimônio, uma vez que o mesmo é presumido, ainda que, à época da aquisição do bem, a união estável fosse nascente, posto que a lei não excetua esta hipótese; assim, é de ser mantida a sentença monocrática que excluiu a meação da companheira da penhora que pesa sobre o imóvel falimentar do casal, constrição esta decorrente de fiança locativa prestada por seu companheiro”.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

De acordo com tal dispositivo legal, salvo estipulação escrita em contrário, o regime vigente na união estável é semelhante ao da comunhão parcial, comunicando-se os aqüestos. Excluem-se da comunhão os bens adquiridos a título gratuito bem como aqueles já pertencentes a um dos conviventes antes do início da comunhão.

O Código Civil de 2002 determina expressamente a aplicação às relações patrimoniais entre os companheiros, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens (artigo 1.725).

Dessa forma, o direito de meação do companheiro incide apenas sobre os bens adquiridos na constância da união estável.

Evidenciado nos autos que a aquisição se deu a título oneroso, no decorrer da união estável, presumindo-se a participação do companheiro, em igualdade de condições, a ele pertence a meação, passível então de penhora. Bem por isso, os embargos são acolhidos apenas em parte, para preservar o direito de meação da mulher.

Diante do exposto, **acolho em parte o pedido** apresentado por **MARIA SILVIA PIRES MOREIRA** e reduzo a penhora à metade ideal do imóvel, preservando a metade ideal pertencente a ela.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade, observando-se quanto à embargante o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 29 de dezembro de 2013.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**